



Foto: Caroline Cavassa



NÃO À CONVIVÊNCIA

Petrobrás não pode se omitir em relação à defesa da Lei de Partilha do pré-sal

Na primeira reunião com a direção da Petrobrás para tratar da campanha reivindicatória deste ano, a direção da FUP e seus sindicatos apresentaram a Pauta Política Unificada, aprovada por unanimidade. Na 5ª Plenafup, realizada na primeira semana de julho, em Guararema (SP). A reunião com as gerências da companhia aconteceu no Edise, no Rio de Janeiro, na última quarta-feira (15).

A principal reivindicação dos petroleiros foi o posicionamento público, por escrito, da Petrobrás, sobre a capacidade da empresa de operar o pré-sal como determina a atual Lei de Partilha (12.351/2010). A omissão da empresa sobre esta questão contradiz o Plano de Negócios e Gestão da companhia para 2015/2019, que apresenta diversas metas de produção e tem como prioridade a exploração dessas jazidas.

É inaceitável que representantes da empresa depreciem publicamente os ativos da companhia, como tem acontecido durante as audiências públicas realizadas no Senado Federal e na Câmara, quando foi debatido o PLS 131/15, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), que pode tirar da Petrobrás o papel de operadora única do pré-sal.

Não ao retrocesso

Os petroleiros não aceitarão nenhum tipo de retrocesso nos direitos adquiridos pela categoria nos últimos 12 anos. A quebra da Lei de Partilha pode significar o início de uma grande e poderosa campanha da direita e das petrolíferas internacionais para que esse gigantesco reservatório de petróleo saia do controle do Estado brasileiro e caia nas mãos do setor privado.

Pauta política para além dos reajustes

“Essa campanha não se resolve com reajuste salarial ou abono”, afirmou o coordenador da FUP, José Maria Rangel, para os gerentes. Assembleias em todas as bases em todo o País estão aprovando o indicativo da FUP e seus sindicatos de paralisação por 24 horas no próximo dia 24 de julho, na mesma data da reunião do Conselho de Administração da empresa. “Essa campanha já se inicia num patamar diferenciado para nós, porque ela é política. Entendemos o momento de gravidade da empresa e, também sabemos que podemos contribuir com o plano de negócios da Petrobrás, por isso, não subestimem nossa capacidade de mobilização”, enfatizou.

Defender a Petrobrás é defender o Brasil

Pauta Política dos Petroleiros

- **Recomposição** dos efetivos
- **Detalhamento** da nova composição da estrutura organizacional da empresa e justificativas para avaliação e ratificação da FUP e seus sindicatos
- **Criação** de um Comitê Gestor da diretoria de SMS, paritário e deliberativo, com participação da FUP e seus sindicatos.
- **Manutenção** da Petrobrás Distribuidora
- **Manutenção** dos campos terrestres
- **Incorporação** integral das unidades controladas e subsidiárias. Que as atividades dessas unidades passem a ser exercidas exclusivamente pela Petrobrás
- **Conclusão** das obras da Refinaria Abreu e Lima (PE), Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN - MS) e Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj).
- **Manutenção** da atual política de Responsabilidade Social com incentivo à economia do País com investimentos na indústria nacional de petróleo e gás.
- **Que a Petrobrás assuma** publicamente sua plena condição e interesse em permanecer como operadora única do pré-sal

● Greve na BR

Trabalhadores da subsidiária aderem à paralisação da FUP

Os trabalhadores da BR Distribuidora decidiram se juntar à paralisação de 24 horas convocada pela FUP para o próximo dia 24 de julho. A mobilização deste segmento da categoria está sendo feita para barrar o processo de venda de ativos da Petrobrás e se soma à luta pela defesa da empresa e pelo pré-sal como patrimônio dos brasileiros. A aprovação do indicativo foi praticamente unânime (só houve

um voto contrário), em assembleia do Sitramico-RJ, realizada na sede da BR, na última quinta-feira (9).

A adesão à greve será confirmada nessa sexta-feira (17), ao longo do dia, em quatro assembleias que serão realizadas no estado do Rio de Janeiro, nas Teduc e GEI (Caxias), Lubrax, (Cidade Nova) e GaRio (Galeão).

Os trabalhadores da BR se sentem ameaçados pelo recente plano

de negócios apresentados pela gestão da Petrobrás que indica a venda de bilhões em ativos e liga um alerta para uma nova situação de privatização no sistema, como foi feita em 2000, com a venda da Refap, na gestão do então presidente FHC. A ação significou a venda de 30% das ações para a hispano-argentina Repsol.

A venda da refinaria deu início a um processo de privatização da

Petrobrás que foi estancado com a eleição do presidente Lula. Esse é um exemplo claro do desmantelamento que a venda de ativos com vistas à reestruturação e privatização do sistema pode causar tanto à categoria, que tem seus empregos ameaçados, como à sociedade que fica na mão de acionistas externos no momento de decidir sobre os rumos dos investimentos em infraestrutura para o País.

● Contra ações arbitrárias e ilegais da gerência

Trabalhadores pararam Transpetro no Ceará

A última quarta-feira (15) foi marcada por uma manifestação em frente à Transpetro Maracanaú (CE) contra o gerente da Malha NES que quer implantar um regime inventado por ele mesmo: o "sobreaviso implantado", que não existe no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. Após perder uma ação de sobreaviso na justiça acionada pelo Sindipetro-CE/PI, a Transpetro alterou o regime de sobreaviso de todos os trabalhadores dessa base. O gerente do terminal informou que reduziria o número de seis trabalhadores em sobreaviso para apenas dois. Esses últimos trabalhariam durante sete dias seguidos - sem retornar à suas residências - devendo



após um expediente de 8 horas se deslocarem para um hotel (conduzindo o veículo da empresa), no Pecém

(CE), para ficarem de prontidão para qualquer chamado.

Após os sete dias de jornada inin-

terrupta, um dos trabalhadores entraria em folga e o outro trabalhador seria escalado para seu lugar em um rodízio entre apenas dois petroleiros durante todo o ano. O gerente avisou, ainda, que seis trabalhadores iriam sair do sobreaviso parcial e perderiam os adicionais de gasodutos, e receberiam apenas 20% de adicional neste "novo" regime. O caso gerou revolta entre os petroleiros da base!

A FUP e o Sindipetro-CE/PI estão solicitando à empresa o retorno ao regime legal e alerta para que esta prática pode antecipar uma manobra das gerências para alterar o regime de trabalho da categoria em outros estados.



Brasil de Fato e Fup publicam edição esclarecendo sociedade sobre pré-sal

Já está circulando em todos os estados a edição especial do Jornal Brasil de Fato sobre o pré-sal. A publicação foi produzida conjuntamente com a equipe de redação da FUP e três reportagens com dados detalhados sobre a capacidade de produção e exploração desse petróleo pela Petrobrás, sobre o apoio da sociedade brasileira à manutenção do controle estatal das operações e sobre os recursos que a empresa pode investir nessa importante empreitada para dar continuidade ao desenvolvimento econômico nacional e social dos últimos 12 anos. Dados sobre tecnologia, investimentos atuais, reservas, produção diária e lucros da empresa também são detalhados na publicação dirigida a todos os brasileiros.

● Petroleiros param no dia 24 de julho

Cresce mobilização da categoria para a greve em defesa da Petrobrás

Em todo o País aumenta a mobilização para a construção da greve nacional dos petroleiros durante o dia 24 de julho, contra o novo Plano de Gestão e Negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobrás. O novo plano é uma ameaça clara à sobrevivência da empresa como estatal, na medida em que prevê cortes

de 89 bilhões de dólares em investimentos e despesas, além da venda de ativos de patrimônio da ordem de 57 bilhões de dólares.

A greve nacional de 24 horas é uma advertência da categoria à atual política da gerência que pode dismantlar o Sistema Petrobrás, pondo em risco milhares de empregos, especialmente os dos

terceirizados da companhia e suas subsidiárias. Em todos os sindicatos, as bases estão aprovando por amplíssima maioria a indicação de paralisação da FUP.

Além da greve de um dia, a Federação também indicou às bases a aprovação do desconto de 2% da remuneração dos não associados nos meses de agosto e setembro e a não

devolução do imposto sindical deste ano para o financiamento das campanhas em defesa da Petrobrás e do Brasil e contra os desinvestimentos anunciados no Plano de Negócios. Desse montante, 50% serão destinados à Federação e 50% para o sindicato. Também estão sendo aprovadas assembleias permanentes e Estado de Greve na categoria.

Quadro de mobilização nacional para a greve do dia 24

Sindipetro AM

Os petroleiros da Reman, dos terminais aquaviários da Transpetro e das unidades administrativas realizaram assembleias desde o último dia 7 e os indicativos da FUP foram aprovados por ampla maioria nessas bases.

Sindipetro CE

Lubnor e Transpetro aprovaram por ampla maioria. As demais unidades seguem realizando assembleias com os trabalhadores mobilizados.

Sindipetro RN

A greve do dia 24 foi aprovada por ampla maioria (90%) da categoria das bases das usinas termoeletricas UTE-JSP, do ativo de produção do Alto Rodrigues, do campo de Riacho da Farquilha, Transpetro Mossoró, Pólo de Guamaré e Campo de Santo Amaro (Mossoró).

Sindipetro PE

No terminal de Suape, houve atraso de 2h na entrada do expediente na quita (16). Em todas as unidades a paralisação do dia 24 foi aprovada por ampla maioria (95%).

Sindipetro BA

Os petroleiros das unidades Opcan, Candeias, EVF, UPGN-Sul, UTE-Arembepe, PBIO, Fafen/UTE-RA, UTE-BA1, UTE-Celso Furtado, UTE-Muicy, Fazenda Bálsamo, Taquipe, Araças. No terminal da Tranpetro e no BACAM, houve trancaço e atraso na entrada do expediente

Sindipetro MG

Regap e UTE-ACH aprovaram em assembleias, por ampla maioria. Em Montes Claros, as assembleias foram realizadas com aprovação. Já na Usina Termelétrica de Juiz Fora, a assembleia será na segunda-feira.

Sindipetro ES

As unidades UTGC (Cacimbas), UTG (na S-8), São Mateus, Norte Capixaba, Terminal Aquaviário de Vitória, Terminal Barra do Rancho e Ecomp (Araucruz) já aprovaram. As demais seguem realizando assembleias na próxima semana.

Sindipetro Caxias

Nas unidades da Reduc, Tecam, UTE e GLB os indicativos da FUP foram aprovados por amplíssima maioria. Já na quarta (15), os petroleiros fizeram uma manifestação na porta da refinaria dando início às atividades preparatórias para a greve do dia 24.

Sindipetro NF

As bases de terra estão aprovando os indicativos da greve, assembleias permanentes e estado de greve. Já foram realizadas no Parque de Tubos, Praia Campista, Tecab grupos C e B, EDINC e Grupo E de Cabiúnas. Na sexta (17), acontecem no TECAB grupos G. D e ADM e Grupo A. A consulta aos trabalhadores das plataformas ocorrem de 17 a 19.

Sindipetro Unificado-SP

Categoria segue mobilizada. Na quinta (16), pela primeira vez, os trabalhadores dos nove terminais dessa base pararam por três horas em Barueri, Guarulhos, Guararema, Riberão Preto, Uberaba, Uberlândia, Senador Canedo e Brasília. Em todos os terminais dessas bases os petroleiros também estão aprovando a greve nacional da FUP.

Sindipetro-PR/SC

Os trabalhadores estão aprovando a greve e atrasaram a entrada no expediente nos terminais de Paranaguá, Biguaçu, Itajaí, São Francisco do Sul e Guaramirim. Na Repar, haverá protesto nessa sexta (17). As mobilizações continuam dia 21 na Usina do Xisto e no Ativo de Produção Sul, em Itajaí. Os atos serão encerrados no Edipar (Curitiba) no dia 21.

Sindipetro-RS

Os petroleiros estão realizando atos e atrasos nos Terminais da Tranpetro, Teduc, Tenit e Tenig, e nas unidades termoeletricas. A base aprovou também a greve no dia 24.

Sindiquímica-PR

Os trabalhadores do pólo petroquímico da Fafen-PR também aprovaram a adesão à greve de 24 horas da categoria, em 24 de julho.



Boletim da FEDERAÇÃO
ÚNICA DOS PETROLEIROS
www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 imprensa@fup.org.br

Edição: Manuella Soares - JP(Fenaj) 31684RJ - Texto: Caroline Cavassa e Manuella Soares Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

● Petrobrás é patrimônio do povo brasileiro

Ato no Congresso denuncia golpe contra a soberania e a democracia

Fotos: André Oliveira



Como sempre aconteceu ao longo da história, a categoria petroleira se mantém firme na luta por uma Petrobrás sob o controle da nação brasileira e pela democracia no País. Na última terça-feira (14), a direção da FUP e seus sindicatos participaram ativamente do Ato "Em defesa da Petrobras e da Democracia", que ocorreu no Auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados. Além dos petroleiros, outros movimentos sociais e parlamentares de esquerda se somaram à atividade que teve como um dos objetivos mostrar à sociedade o risco que corre a empresa com a aprovação do projeto de lei do senador José Serra (PLS 131/2015).

Oposição quer enfraquecer estatal

Na mesa organizada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, o Coordenador Geral da FUP, José Maria Rangel, citou a derrubada no Senado do regime de urgência do projeto de Serra como a primeira vitória nessa batalha para que a Lei da Partilha (12.351/2010) não seja modificada. Com o seu projeto, o senador tucano quer que a Petrobrás deixe de ser a operadora única do pré-sal e que empresa não tenha o percentual mínimo de 30% na exploração das regiões desse recurso estratégico. "O objetivo da oposição no Congresso tem sido claramente enfraquecer a estatal e abrir caminho para que a maior riqueza em petróleo no mundo, atualmente

sob o controle do Estado brasileiro, seja operada pelas multinacionais", diz o Coordenador.

Também estiveram presentes na atividade o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, além de re-

presentantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da UNE e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes).

Em defesa da democracia e contra o golpe

Para a FUP, a sociedade brasileira precisa saber que está por trás do projeto tucano que ameaça nossa soberania e a democracia. Uma das principais conquistas do povo brasileiro, nos últimos 12 anos, foi a Lei da Partilha. É ela que garante que o Estado mantenha o controle sobre como serão os investimentos e o destino dos recursos originados pelo pré-sal. A legislação tem ainda uma cláusula essencial para a garantia do futuro do desenvolvimento do País: Fundo Social Soberano.

O Fundo é destinado à ampliação das políticas sociais em curso, especialmente para a implementação do Plano Nacional de Educação. O PNE foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, em 2014, e define metas para a universalização do ensino de qualidade desde a creche à universidade. Essa é uma riqueza que não pode parar nas mãos das multinacionais como querem os que apoiam a quebra do regime de partilha do pré-sal.



Na tarde do dia do ato na Câmara dos Deputados, os dirigentes da FUP e seus sindicatos também participaram da solenidade de posse da nova direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). A estudante de economia da PUC/SP Carina Vitral foi eleita presidente da entidade pelos próximos dois anos. Na solenidade, o coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, saudou a nova direção da entidade e a participação ativa dos estudantes na defesa da soberania nacional. "Saudamos a luta dos estudantes por um País soberano e por estarem conosco nessa frente em defesa do pré-sal, da Petrobrás e da democracia". José Maria convocou todos os petroleiros, trabalhadores e estudantes e todos os movimentos sociais organizados para entrarem nessa batalha em defesa da empresa e da atual Lei de Partilha, que garante o controle dessa riqueza pelos brasileiros.